

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. S. TRINDADE DA TABUA**

**Anexo**

**Conta ano 2015**

## 1 - Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. S. TRINDADE DA TABUA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação de Solidariedade Social, com estatutos publicados no JORAM n.º 97 de 21/05/2003, com sede em Sítio da Praia. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes fins: Cultiva a Fraternidade Cristã, a promoção e desenvolvimento entre todos os habitantes da paróquia, com opção preferencial entre os mais carenciados.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações financeiras

2.1 - Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo 11 do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não lucrativo é composto por:

- Bases, para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) – Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL- Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não aplicável

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável

## 3 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 - Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

## 3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor a data da sua atribuição.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Terrenos	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento Transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural  
Não aplicável

3.2.3 - Propriedades de Investimento  
Não aplicável

3.2.4 - Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

#### Outras contas a receber

As "Outras contas a receber" encontram-se, registadas pelo seu custo.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar



As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor - geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 25,0% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

### 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### 5 - Ativos Fixos Tangíveis

#### Bens do domínio público


A Entidade não usufrui de qualquer Ativo Fixo Tangível do domínio público

#### Bens do património histórico, artístico e cultural

Esta entidade não tem qualquer bem de património histórico, artístico ou cultural.

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos fixos tangíveis	Situação Inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	45.229,38	0,00	45.229,38	99.071,73	0,00	99.071,73
Edifícios e outras construções	3.870.020,65	-792.265,49	3.077.755,16	3.891.463,30	-870.738,03	3.020.725,27
Equipamento básico	552.501,82	-525.707,12	26.794,70	552.501,82	-536.569,43	15.932,39
Equipamento Transporte	61.142,22	-61.142,22	0,00	61.142,22	-61.142,22	0,00
Equipamento administrativo	21.092,87	-18.784,52	2.308,35	21.092,87	-21.092,87	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	1.914,40	-1.914,40	0,00	1.914,40	-1.914,40	0,00
Investimentos em curso	496.449,37	0,00	496.449,37	424.522,24	0,00	424.522,24
Total	5.048.350,71	-1.399.813,75	3.648.536,96	5.051.708,58	-1.491.456,95	3.560.251,63

Activos fixos tangíveis	Quantia escriturada inicial								Quantia escriturada final
		Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas Imparidade	Reversões	Transfe.	
Terrenos e recursos naturais	0,00								0,00
Edifícios e outras construções	792.265,49				78.472,54				870.738,03
Equipamento básico	523.398,77		-0,10		13.170,76				536.569,43
Equipamento Transporte	61.142,22								61.142,22
Equipamento administrativo	21.092,87								21.092,87
Outros ativos fixos tangíveis	1.914,40								1.914,40
Investimentos em curso	0,00								0,00
Total	1.399.813,75	0,00	-0,10	0,00	91.643,30	0,00	0,00	0,00	1.491.456,95

## 6 Ativos Intangíveis



### Bens do domínio público

Esta entidade não usufrui de ativos intangíveis do domínio público.

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro



Ativos fixos intangíveis	Situação Inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens do Domínio Público			0,00			0,00
GoodWill			0,00			0,00
Projetos de desenvolvimento			0,00			0,00
Programas de computador	9.779,69	-9.779,69	0,00	9.779,69	-9.779,69	0,00
Propriedade industrial			0,00			0,00
Outros ativos intangíveis			0,00			0,00
Total	9.779,69	-9.779,69	0,00	9.779,69	-9.779,69	0,00

Ativos fixos intangíveis	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas Imparidade	Reversões	Transferências	Quantia escriturada final
Bens do domínio público									0,00
GoodWill									0,00
Proj. de desenvolvimento									0,00
Programas de computador	9.779,69				-9.779,69				0,00
Propriedade industrial									0,00
Outros ativos intangíveis									0,00
Total	9.779,69	0,00	0,00	0,00	-9.779,69	0,00	0,00	0,00	0,00

## 7 Locações

Não aplicável



## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventário	31-12-2015	31-12-2014
Mercadorias		
Matérias-Primas, Sub. e Consumo	2.036,83	1.642,94
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, Desperdícios, Res. E refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Ativos biológicos		
Total	2.036,83	1.642,94

Quantias de inventário reconhecidas como gastos durante o período	Matérias-Primas Sub. E de Consumo	
	2015	2014
Saldo Inicial	1.642,94	1.746,51
Compras	92.338,03	92.198,66
Regularizações		0,00
Saldo Final	2.036,83	1.642,94
Gastos no exercício	-91.944,14	-92.302,23

## 10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rúbrica	2015	2014
Vendas de bens		0,00
Prestação de serviços	454.052,89	396.781,62
Subsídios, Doações e Leg. Exploração	954.579,41	903.108,14
Alienações (+valias)	21.290,00	97.787,50
Donativos	21.174,21	68.290,35
Outros rendimentos e ganhos	41.399,03	6.912,05
Imputação de subsídios	76.124,18	76.124,18
Juros Obtidos	9.950,15	12.097,06
Total	1.578.569,87	1.561.100,90

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Provisões

Não aplicável

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Centro Regional de Segurança Social	900.533,76	900.533,76
IFAP	335,65	897,50
Incentivo de emprego	0,00	1.676,88
Total	900.869,41	903.108,14

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

## 14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00 (corresponde ao valor esperado a pagar)



## 15 Instrumentos financeiros

Não aplicável

## 16 Benefícios dos empregados

- O número de membros dos órgãos diretivos, não se alterou nos períodos de 2014 para 2015 sendo a quantidade de 5 membros.
- Os órgãos diretivos não recebem qualquer remuneração.
- O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 89 e em 31/12/2014 foi de 78.


	Numero médio de pessoas	Número horas trabalhadas no ano
<b>Pessoal ao serviço da empresa, remunerado e não remunerado:</b>	89	156640
Pessoal Remunerado ao serviço da empresa	89	156640
Pessoal Não Remunerado ao serviço da empresa	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa, por tipo de horário:</b>	0	0
Pessoal ao serviço da empresa a Tempo Completo	89	156640
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	89	156640
Pessoal ao serviço da empresa a Tempo Parcial	0	0
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa, por sexo:</b>	0	0
Homens	7	12320
Mulheres	82	144320
<b>Pessoal ao serviço da empresa, dos quais:</b>	0	0
Pessoal ao serviço da empresa afectas à investigação e desenvolvimento	0	0
Prestadores de serviços	0	0
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0

- Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:


Gastos com o pessoal		
Descrição	2015	2014
Remunerações com o pessoal	865.131,58	822.769,32
Indemnizações	1.432,55	4.299,34
Encargos sobre remunerações	170.011,18	151.041,30
Seguros acidentes de trabalho	9.315,47	6.236,00
Gastos acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	4.778,88	10,51
Total	1.050.669,66	984.356,47

## 17 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.



Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



## 18 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 18.1 Outra contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.533,24	11.870,42
Outros devedores	21.058,52	42.850,79
Total	26.591,76	54.721,21

### 18.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Gastos a reconhecer	3.111,90	3.511,27
Total	3.111,90	3.511,27
<b>Rendimento a reconhecer:</b>		
Garantias	40.000,00	71.918,89
Subsídios	21.058,52	21.058,52
Total	61.058,52	92.977,41

### 18.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	6.206,83	1.697,90
Depósitos à ordem	404.010,66	297.311,22
Depósitos à prazo	448.942,95	476.768,15
Total	859.160,44	775.777,27

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

Valores dos Utentes - Idosos			
Debito		Credito	
112 - Caixa Utentes	2.711,07	2782001- Utentes	231.537,78
123-Banco Utentes - C/C	41.998,94		
133 - Bancos Utentes Prazo	186.827,77		
Total	231.537,78	Total	231.537,78

#### 18.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores conta corrente	12.982,71	9.845,00
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	12.982,71	9.845,00

#### 18.5 Estado e Outros Entes Públicos



A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Ativo	31-12-2015	31-12-2014
Retenção na fonte	2.487,54	3.024,28
Imposto sobre valor acrescentado	2.350,80	5.936,57
Outras		0,00
Total	4.838,34	8.960,85

Passivo	31-12-2015	31-12-2014
Retenção Imposto sobre rendimento IRS e IRC	9.420,50	5.172,63
Contribuições para segurança Social	23.003,13	16.140,28
Outras	21,45	33,04
Total	32.445,08	21.345,95

#### 18.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	134.182,15	123.759,88
Outros credores	233.587,82	252.815,02
Total	367.769,97	376.574,90

#### 18.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Apoios do Governo	900.869,41	903.108,14
Total	900.869,41	903.108,14

#### 18.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
<b>Subcontratos</b>		
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	25.900,30	20.762,23
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	2.707,99	2.668,05
Honorários	19.393,76	16.553,76
Comissões		
Conservação e reparação	74.335,22	28.563,47
Serviços Bancários		109,72
Outros	3.132,67	5.493,22
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.997,04	4.956,79
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	5.929,74	3.278,80
Artigos para ofertas		
Outros	40.328,93	50.495,71
<b>Energia e fluidos</b>		
Electricidade	22.933,54	25.779,10
Combustíveis	8.832,57	4.298,94

Agua	3.906,43	4.877,05
Outros - gás	3.642,06	7.018,72
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas		
Transporte de pessoal	591,83	528,69
Transporte de mercadorias		
Outros	2.384,15	
<b>Serviços diversos</b>		
Comunicação	3.416,17	2.789,50
Seguros	3.540,68	2.875,91
Royalties		
Contencioso e notariado	553,75	898,63
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	34.786,27	35.296,23
Outros serviços	1.637,53	8.236,93
<b>Total</b>	<b>273.950,63</b>	<b>225.481,45</b>

18.9 Outros rendimentos e ganho:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento	93,41	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rend. e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rend. e ganhos em invest. não financeiros		97.787,50
Outros:		
- Correções relativas a períodos anteriores		
- Excesso da estimativa para impostos		
- Imputação de subsídios para investimentos	76.124,18	76.124,18
- Ganhos em outros instrumentos financeiros		
- Restituição de impostos		
- Diferenças de câmbio favoráveis		
- Donativos	21.174,21	68.290,35
- Rendas	3.655,56	3.655,56
- Imputação Garantias Obras	31.918,89	0,00
- Outros não especificados	27.021,17	3.256,49
Juros Obtidos:		
- De depósitos	9.950,15	12.097,06

- De outras aplic. de meios financ. líquidos		
- De fin. Conc. a assoc. e empreen.conjuntos		
- De financiamentos concedidos a subsidiárias		
- De Outros financiamentos obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	169.937,57	261.211,14

Imputação de subsídios para investimento:

Inclui nesta conta a comparticipação financeira obtida da Segurança Social da Madeira para fazer face ao investimento levado a cabo pela instituição, que está a ser transferida para outros rendimentos e ganhos através de uma equivalência às amortizações do imobilizado subsidiado, que no ano de 2015 atingiu 76.124,18 euros (conta 7883) ficando a conta subsídios para investimento (conta 5931) com o saldo de 3.347.653,48 euros para períodos futuros.

#### 18.10 Outros gastos e perdas

Conta	31-12-2015	31-12-2014
Impostos		0,00
Descontos de pronto pagamento concedido		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes invest. Financeiros		
Gastos e perdas em invest. não financeiros		
Outros:		
Correções relativas a períodos anteriores		
Donativos		
Quotizações		200,00
Ofertas e amostras de inventários		
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras não especificados	740,87	
Juros suportados		
Outros juros		
Diferença de câmbio desfavorável		
Outras - Imputação Juros à conta Utentes	2.798,77	
Outros gastos e perdas de financiamento		
Outros		
Total	3.539,64	200,00



### 18.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Conta	31-12-2015	31-12-2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	2.798,77	
Total	2.798,77	0,00
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros Obtidos	9.950,15	12.097,06
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	9.950,15	12.097,06

O valor de outros gastos e perdas de financiamento refere-se a imputação dos juros da conta depósitos a prazo dos utentes uma vez que está foi capitalizada na mesma conta.

### 18.12 - Variações nos fundos patrimoniais

À data do balanço, encontra-se refletido na conta de outras variações nos fundos patrimoniais o montante de 3.371.153,48 euros., sendo 2.947.653,48 euros de subsídios concedido pelo Centro de Segurança Social da Madeira para fazer face à construção do edifício e compra de equipamentos para o lar de idosos da Tábua, construção do Campo de Jogos e à construção do centro de Acolhimento Dona Gracinda Tito e 400.000,00 euros de subsídios de particulares para uma obra em curso e em doações o montante de 23.500,00 euros, conforme o seguinte quadro.

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Subsídios Segurança Social Madeira	2.947.653,48	3.023.777,66
Subsídio Entidade particular	400.000,00	400.000,00
Doações	23.500,00	23.500,00
Total	3.371.153,48	3.447.277,66

### 18.13 Os coeficientes de imputação para os custos foram conforme mapas em anexo.

#### Observações aos mapas:

– Seguros Acidentes de Trabalho, as percentagens de imputação apresentadas pelas valências para o presente ano, foram calculados conforme os abonos sujeitos a tal, pelo que a percentagem agora apresentada por valência, dificilmente serão as mesmas nos anos futuros tendo em conta que dependerá muito dos abonos referentes a feriados obrigatórios, horas extras, subsidio refeição, embora não se preveja diferenças significativas.

Custos imputados diretamente na respetiva valência, (assinalado no mapa com a):

Verifica-se existirem custos que pela sua natureza e fim são diretamente imputados a 100,00% à respetiva valência, pelo que os custos apresentados dificilmente corresponderão às percentagens referidas no mapa.

O montante de 9.600,00 euros do médico das valências lar de idosos e crianças nas percentagens de 75% e 25% respetivamente, está registado na contabilidade em trabalhos especializados e não em honorários devido o tipo de documento emitido por este.

#### 18.12 – Investimentos financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fundo Compensação Trabalho	496,54	139,16
Total	496,54	139,16

#### 18.13 - Certificação legal das contas das demonstrações financeiras

Ao abrigo do artigo 12.<sup>a</sup> do decreto-Lei n.º 36 – A/2011, de 9 de março, que remete para o artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio Esta instituição pelos valores apresentados no presente período está dispensada da certificação legal das contas das demonstrações financeiras.

#### 18.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ribeira Brava, 19 de março de 2016

O CC



A Direção